

GAZETA DE ESPINHO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Dezenove n.º 36

ESPINHO

Director: J. Pinto Coelho

PELA PATRIA E PELA REPUBLICA

Propriedade da Empreza GAZETA D'ESPINHO

Composição e Impr. TYPOGRAPHIA PENINSULAR
—24 RUA DE S. CHRISPIM—26—PORTO

Editor—Jeronymo Alves Moreira

SITUAÇÃO INDECISA

Insiste o sr. Dr. Duarte Leite em declarar a crise ministerial ainda no decurso deste mez. Assim informam os órgãos de opinião politica mais cotados. Será, como não nos é licito duvidar, a queda do governo um facto consumado.

E' devéras original este modo de abrir uma crise. Não se concebe nem se pôde tomar como motivo justificativo — a razão que o snr. presidente do ministério alega para alijar as responsabilidades do governo. Estado de saúde, questões de familia, negócios particulares parecem, a bem dizer, subterfugios e desculpas insubsistentes para os homens publicos, quando pretendem eximir-se ás funções de altos cargos em que foram investidos. O certificado de doença é sempre um argumento de relativa importancia. Ninguém toma a serio essa evasiva, senão quando sejam bem visíveis e palpáveis as causas determinantes. A escapatoria, com semelhante justificação, á força de ter sido sofismada, torna-se suspeita e ás vezes é ridiculamente interpretada. A doença para os profanos, passa em taes casos, como cobardia ou medo — o que de resto é um estado morbido. Não é esta, porém, a hipótese que se dá com o snr. Dr. Duarte Leite. — S. Ex.^a evoca apenas um pretexto que, bem definido, encobre uma causa remota. Tem o snr. presidente do ministério um feito avêso á politica. Suporta-a como pezada obrigação, não pode adaptar-se a esse sistema de vida, entedia-se, aborrece-se, neurastenisa-se, adoce de facto.

Ái está, quanto a nós, o segredo da renuncia propositada do snr. Dr. Duarte Leite á cadeira presidencial. E', muito sinceramente o crêmos, uma razão ponderável, suficiente ou de sobra justificativa.

Quanto ao resto, em relação aos motivos particulares, quer de ordem economica, quer de natureza familiar, nenhum homem publico tem o direito de fazê-los valer como dispensa

de encargos. E muito menos, nesta colisão seriam aceitáveis essas ponderações. Se a Patria exige o sacrificio do cidadão, este não pôde decorosamente antepôr a comodidade pessoal, os interesses de familia, ao imperioso e indeclinavel dever de servir o seu paiz. Este dever está na razão directa da gradação do cargo. Este é a regra, é o principio que se deve arvorar em dogma para que a solidariedade e a ordem não sejam uma vã fantasia; esta é a lei e o intuitivo preceito de civismo, para que as ideias de Patria e de nacionalidade tenham não só o valor sentimental do tradicionalismo, como também signifiquem qualquer coisa de positivo e ponderável, na organização social.

Dêmos, porém, como facto assente e averiguado, que o snr. Dr. Duarte Leite se retira e aceitêmos como boas as alegações da sua doença.

Acoile a todos os labios esta pergunta singela: «O que virá depois?»

Não é facil atinar-se com a resposta, com visos de acerto, no meio das indecisões de momento.

Entregar os destinos do paiz á rotativa influencia dos partidos constituídos seria a solução apropriada, se duas circunstancias não ocorressem que tornam difficil, senão impossivel, e um tanto perigosa até, uma saída nesse sentido. Os partidos ou grupos parlamentares carecem de força de numero para garantirem a estabilidade ministerial dentro da constituição actual do congresso da Republica. Ái está o primeiro obice. Grupos reunidos ou coligados não podem manter-se em intelligencia por largo tempo. E' a segunda difficuldade. Oferecem-se uma de duas soluções: ou alguns dos grupos se fundem, de qualquer modo, para se darem uma unidade de orientação de programa e disciplina com representação numerica de sensível maioria, ou se reverte á situação actual, su-

bstituindo-se apenas a Presidencia do ministério.

A primeira hipótese parece-nos inviavel, a não ser que se operasse a dissolução espontanea de uma ou duas facções politicas. A segunda hipótese seria apenas uma protelação, um adiamento da crise. Sustentar de má vontade um governo, como o actual, é fazer obra de equilibrio pouco estavel. Os grupos não se mostram affectos á concentração e á tranzigencia. As dissensões vão, dia a dia, revelando mais sérios antagonismos e maiores incompatibilidades.

Aguarda-se todavia uma especie de congresso de paz, em que terá de ser arbitro, pelas exigencias de lei constitucional, o snr. Presidente da Republica.

Entretanto o snr. Dr. Duarte Leite espera no seu posto, por poucos dias, o desenlace desses acontecimentos.

E assim ficamos numa torturosa indecisão, cujo desfecho mal se adivinha.

E' o fructo da precipitada e temporã formação dos taes partidos,

Só poderá valer-nos de eficaz remedio uma heroica decisão, cheia de abnegação e de sacrificios para se terminar este periodo tormentoso de indecisões, só prejudicial á Republica, só nocivo ao bom nome da Patria.

Ponham-se os principios acima de tudo. Voltemos á primitiva forma. Proclamemos a unidade — realisada quanto possivel em boa intelligencia — da grande familia republicana.

Todos os bons e sinceros republicanos se devem unir sob a bandeira e em obediencia ao programa do antigo Partido Republicano Portuguez. Tal é o remedio infalivel.

COMENTARIOS

Sessão agitada

Decorreu agitada uma das sessões da Camara dos Deputados. Uma alusão do deputado João de Menezes á intervenção do exercito na politica provocou explicações. Estas não foram satisfatorias. Veiu o tumulto. Aquilo, porém, não passou de um... ataque de nervos.

E' bom saber-se

Em termos bem sonoros e vibrantes, protestou, em pleno congresso, o snr. Dr. Afonso Costa, contra a atoarda de café, que atribue ao grupo democratico a ideia do golpe de estado.

O snr. Dr. Afonso Costa, com a maior energia, quebrou os dentes á calunia e reptou os caluniadores a que apparecessem de frente e sem subterfugios ou artificios. Isso apparecem eles. Verminam na sombra; atiram a pedra e escondem a mão.

Apezar da lei de expulsão, ainda por cá ficaram muitos jesuitas.

Formando o salto

O snr. Dr. Antonio José de Almeida, apparecerá agora como risonda esperança para o evolucionismo e blóco das direitas, que anceiavam a sua vinda, no intuito dêle constituir governo.

Se não erram os calculos, S. Ex.^a deve chegar hoje.

Como Cezar, chegará, verá e vencerá.

Ora o snr. Dr. Brito Camacho não perderá o sestro da piada!

Unionismo

Os unionistas reuniram para apreciar a situação.

Delegaram no snr. Camacho a incumbencia de intervir.

Lembrar-se a gente que este snr. era tam modesto e puritano que repudiava o personalismo politico!

Como o snr. José Luciano está vingado.

As comissões parlamentares

Lembrou-se um deputado de corrigir a ilegalidade, que saiu da votação dos deputados eleitos para as comissões. E' do regimento — os deputados não podem acumular funções de comissões parlamentares. Estava o deputado dentro do bom senso e da legalidade. Pois os legisladores da direita a pés juntos, proclamaram que a lei era a vontade dêles e atropelaram-na sem piedade. Bom exemplo, não ha duvida!

Pela França

Vae por lá grande azafama entre os politicos para a futura eleição presidencial. Parece ser o sr. Poincaré quem ganha a partida.

Por cá os deputados fazem mais bulha para a eleição do Presidente da Camara. E' certo, porém, que escolheram depressa e bem — e que significa um prodigio de habilidade.

Desinteresse

O sr. Brito Camacho está disposto a favorecer a formação dum ministério evolucionista, dando lhe desinteressado apoio.

A situação é bicuda e o sr. Brito Camacho é muito prudente e desinteressado.

A' vontade

Um amigo nosso informa que em Riomeão se realisam varios exercicios divinos, com espectacular assistencia de beaterio. Prezide ás funcnatas o Reverendo conde, abade de Parámos. Este é o foragido que divagou pelas hostes de Couceiro, andando pela Galiza. enquanto lhe sorria a esperança da restauração.

Agora, aí o temos, munido do salvo-conducto para congregar as hostes de Santo Inacio de Loidola.

Muito tolerante é a nossa Republica!

Os espanhoes

Nuestros hermanos e visinhos tratam de armar-se e defender-se. Nós cá... não nos ralámos.

Esperamos os acontecimentos, como bons portuguezes, que confiam na sorte.

A justiça do povo

Certos especuladores politicos apavoraram as gentes com o fantasma do golpe de estado.

O que os deve apavorar a eles politicos de má raça é a justiça do povo. Essa é uma coisa que dá golpes fundos, segundo reza a historia dos nossos dias.

E ante ela vae estado, estadão e o diabo. Será bom não irritar muito essa senhora.

A questão do jogo

Os parlamentares do Partido Republicano e a questão do jogo

Com numerosa assistencia, reuniram-se ultimamente os deputados e senadores do Partido Republicano Portuguez. Presidiu o sr. Simas Machado, secretariado pelos srs. Caldeira Queiroz e Sá Pereira. Na primeira parte da ordem dia votou-se, após longa discussão, a seguinte moção, apresentada pelo sr. dr. Afonso Costa:

O grupo Parlamentar do Partido Republicano Portuguez:

Considerando que dentro de poucos dias, talvez até ao fim do mês corrente, deve ser posto em discussão na camara dos deputados o projecto de regulamentação do jogo de azar, aprovado por pequena maioria na anterior sessão legislativa do Senado;

Considerando que, embora não fosse posto em discussão espontaneamente pela mesa, esse projecto tenha de ser chamado a debate dentro da actual sessão legislativa para que não fosse convertido em lei por força do artigo 32.º da constituição que diz:

«O projecto de lei aprovado numa das camaras será enviado á outra, que sobre elle deverá pronunciar-se o mais tardar na sessão legislativa seguinte áquela em que tenha sido aprovado. Em caso de falta será promulgado (como lei) o texto aprovado pela camara que iniciar o projecto»;

Considerando que Partido Re-

para a rua 31 deste concelho, para edificação. — Deferido de harmonia com as formalidades da lei.
Idem de Joaquim de Sá Alves de Oliveira, solicitando licença para ligação dos seus esgotos para o canal geral que lhe passa junto ao seu prédio na rua 14.
Deferido de harmonia com a respectiva postura.
Balancete da tesouraria referente á semana finda em 14 do corrente:

RECEITA

Saldo da semana anterior	1.017.5096
Impostos indirectos	18880
Diversos rendimentos	195080
<hr/>	
	1.038.5056

DESPEZA

Pago por diversos mandados	262.5431
Transferido para a Caixa Geral de Depósitos	185.5424
Saldo para a semana seguinte	640.5201
<hr/>	
	1.038.5056
<hr/>	
Em fundo de viação na Caixa Geral de Depósitos	314.5779

Foram tomadas mais algumas pequenas deliberações, sanciona-

das varias ordens de pagamento e em seguida encerrada a sessão.

Espectaculo — Conforme noticias nos realisou-se no passado domingo no teatro desta praia, um espectáculo em favor da subscrição promovida pelos bombeiros portugueses, para levar a efeito a construção de um monumento no Porto á memoria de Guilherme Gomes Fernandes.

O espectáculo que constou da applaudida opereta «O Moleiro d'Alcalá», pelo corpo scenico do Club Alegre Mocidade, foi promovido pela direcção dos Bombeiros desta praia.

A casa estava regular e o espectáculo agradou.

Curso noturno «Antonio José de Almeida» — Devido aos esforços empregados pela Camara Municipal, o governo determinou que fosse considerado official este curso, que sob a direcção do professor snr. Azevedo deve principiar a funcionar em Janeiro proximo. E' mais um importante melhoramento para Espinho.

Licenças — Chamamos a attenção dos interessados para o edital do snr. administrador do concelho.

parar o pessoal que ha de garantir os restantes navios.

O ponto fraco desta pequena esquadra está naqueles dois pequenos cruzadores de 2:500 toneladas, que tantos dos nossos colegas tem pretendido justificar. Não a justificação possivel para tais navios, nem mesmo a necessidade de substituir os atuais cruzadores. São navios sem valor militar algum e não me parece que um país tão pobre como o nosso se possa dar ao luxo de ter navios especiais para representação ou para outras pequenas comissões de serviço, que os atuais cruzadores ainda pederão desempenhar por mais alguns anos. Melhor seria que os dois pequenos projectados cruzadores fossem substituidos por um unico navio, que pudesse ser aproveitado para esclarecedor da futura esquadra, ou por um navio escola, com todos os melhoramentos modernos e que, em caso de necessidade, poderia tambem servir para apresentação.

Quanto ás outras unidades da pequena esquadra elas são aproveitaveis, são mesmo necessarias e indispensaveis, se fôr decidido que se faça a aquisição dos tres grandes couraçados, votados já pelo parlamento. No caso de não ser possivel adquirir esses grandes navios, então mais honesto será acabar de vez com uma marinha que, tal como está ou tal como fica com meia duzia de barquinhos mais, representará sempre uma vergonha, uma inutilidade, quasi uma imoralidade, porque o orçamento não pôde com luxos e uma tal marinha não passará de luxo e luxo muito cáro.

Carvalho Araujo.

Deputado

EDITAL

Joaquim Pinto Coelho,
Presidente da Camara
Municipal de Espinho.

Faço saber que, em virtude da deliberação d'esta Camara, ha de ir a lançar com a maior publicidade na sala das sessões d'ella, pelas 15 horas do dia 26 do mez de Dezembro e se arrematará definitivamente, se assim convier aos interesses do municipio o seguinte:

O lixo junto da montureira municipal

Base de licitação 6\$500 reis,

As condições para a sobredita arrematação estarão patentes na secretaria d'esta Camara todos os dias a contar da data do presente edital, até ao dia acima annunciado, onde poderão ser examinadas por quem n'isso se interessar.

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar este, que affixado será nos logares publicos do costume.

Secretaria da Camara Municipal de Espinho 4 de Dezembro de 1912. E eu José João Ferreira, secretario, o fiz escrever e subscrevi,

O Presidente

Joaquim Pinto Coelho

EDITAL

Joaquim Pinto Coelho,
Presidente da Comissão
Municipal Administrativa
do Concelho de Espinho:

Faço saber que, em virtude da deliberação desta Comissão ha-de ir a lançar com a maior publicidade na sala das sessões dela, pela 15 horas do dia 8 de janeiro de 1913 e se arrematará definitivamente, se assim convier aos interesses do municipio o seguinte:

Duas glebas de terreno de areia, sitas no quarteirão delimitado pelas ruas 11, 15, 24 e 26; a primeira com o numero trez, a confrontar pelo nascente com a rua 26, pelo sul com a rua 15, pelo poente com a gleba numero 7 e pelo norte com a gleba numero 2; — e a segunda com o numero 7 a confrontar pelo sul com a rua 15, poente com a rua 24, norte com a gleba numero 6 e nascente com a gleba numero 3.

A base de licitação é de 1 escudo por metro quadrado

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar este, que affixado será nos logares publicos e do costume.

Espinho, 14 de Dezembro de 1912. Eu José João Ferreira, secretario, o subscrevi

O Presidente

Joaquim Pinto Coelho

Edital

Antonio Marques Hespanha
thesoureiro da fazenda publica
no concelho de Espinho.

Faço saber que no dia 2 de Janeiro proximo futuro se hade abrir o cofre da retribuição d'este concelho para a cobrança voluntaria das contribuições predial, industrial, de renda de cae sumpturia e decima de juros do corrente anno de 1912.

As contribuições industrial, de renda de casas e sumpturia podem ser pagas em 2 prestações, sendo as epochas da cobrança voluntaria em janeiro e julho; podendo tambem ser pagas em 4 prestações quando os contribuintes assim o tenham declarado previamente.

As prestações que não forem pagas nos prazos legaes serão addicionados juros da môra de 3 por cento no mez immediato áquelle em que terminar a cobrança voluntaria, accrescendo 1/2 por cento ao mez durante todo o praso que decorrer até a extinção da divida, salva a limitação estabelecida no artigo 534 § 1.º do Codice Civil; procedendo-se ao relaxe de-

pois de vencida a ultima prestação.

A contribuição de juros deve ser paga por uma só vez durante o mez de Janeiro, findo elles serão os contribuintes sujeitos ao juro acima indicado, relaxando-se os que não hajam satisfeito os seus debitos dentro de 30 dias depois da cobrança voluntaria.

Para constar se passou o presente e identicos que serão affixados nos logares do costume,

Thesouraria do concelho de Espinho, 20 de Dezembro de 1912.

O Thesoureiro

Antonio Marques Hespanha.

EDITAL

Antonio Montenegro dos Santos,
Administrador do Concelho de Espinho, pelo Governo da Republica Portuguesa:

Faço saber que, segundo o distigto 13.º da Carta de Lei de 29 de Julho de 1899 e na alinea H do artigo 211.º do Regulamento do Imposto do selo, de 9 de Agosto de 1912, todos os individuos que quizerem reformar as licenças concedidas por esta Administração do concelho, o devem fazer, requerendo e apresentando as que terminam em 31 do corrente mez, desde a data deste, até ao dia 28 do corrente, afim de não incorrerem na multa cominada nos citados artigos.

Para constar, mandei passar este e outros de igual teor, que vão ser affixados nos logares mais publicos do concelho.

Administração do Concelho de Espinho, 20 de Dezembro de 1912. E eu, José Pinto da Silva Ventura, secretario, o subscrevi.

O Administrador do Concelho,
Antonio Montenegro dos Santos

Edital

Joaquim Pinto Coelho, Presidente da Camara Municipal do Concelho de Espinho:

Faço saber que os Paços do Concelho e todas as repartições publicas, mudaram da rua 25 para a Avenida 8 (antiga do Graciosa) casa n.º 27, onde, para o futuro, será effectuadas as sessões da Camara, todas as quartas feiras de cada semana, pelas 15 horas, ou dias immediatos quando qualquer delas coincidir com dia feriado.

Espinho, 5 de Dezembro de 1912. Eu José João Ferreira, secretario da Camara o escrevi:

O Presidente

Joaquim Pinto Coelho

Hospedaria

Trespasa-se uma no Centro da localidade, por o seu dono a não poder administrar.

Para informações dirigir-se a Carlos Xabregas —Espinho.

DEFESA NACIONAL

A pequena esquadra

Muitos daqueles que se interessam pelo futuro da nossa marinha de guerra consideram como bons sintomas para a solução de tão difficil e complicado problema, já não sómente o interesse que o publico tem manifestado, correndo a ouvir as interessantes conferencias de illustres propagandistas, mas até as discussões mais ou menos felizes, que na imprensa tem sustentado alguns dos mais distinctos officiais da nossa armada.

Era essa tambem a nossa opinião, mas o nosso entusiasmo vai esfriando ao vêr como certas dessas discussões são conduzidas e como aos altos interesses da patria se substituem o odio ou a antipatia pessoal, mesquinhas questões de caracter politico, rivalidades e despeitos, que bom seria reservar para mais oportuno momento. Se nos projectos de material naval, votados já pelo parlamento, ha deficiencias ou mesmo erros graves, tratemos de os remediar, mas não transformemos as nossas discussões em atrabiliarias diatribes, nem lancemos uma nota irritante no debate, pois isso só poderá redundar em prejuizo da causa, que com tanto entusiasmo se vae defendendo.

Ora, sobre a pequena esquadra, votada já pelo parlamento e cujos cadernos de encargos foram já cuidadosamente elaborados por uma comissão de officiais de varias classes da armada, tem-se feito uma campanha, que bom seria reduzir ás justas e naturais proporções, como já o fizemos em dois artigos, que foram publicados neste jornal, ha cerca de tres meses. Tendo da parte daqueles que combatem esse pequeno projecto com uma paixão que chega á ferocidade, como da parte daqueles que o defendem com o mesmo entusiasmo com que defenderiam o mais perfeito dos trabalhos, ha exageros e excessos lamentaveis, que só poderão contribuir para desorientar a opinião publica e para nessa opinião lançar um fermento de desconfinça, que só poderá prejudicar a solução do nosso problema naval.

Adversarios e defensores da pequena esquadra esquecem nas

suas discussões, que essa pequena esquadra, excepção feita dos dois cruzadores, é ja uma pequena fracção do grande plano de material naval e que a aprovação do projecto se fez nessas excepcionais condições. Isso se disse no parlamento e mais se disse que a microscopica esquadra não viria modificar o nosso problema naval, pois com ela ou sem ela, a marinha de guerra continuaria sendo apenas uma hipotese e servindo unicamente para a justificação dos quatro mil e trezentos contos que muito pesam no orçamento.

Até agora, os mais acerrimos defensores da pequena esquadra tem-se colocado num campo pessimimo, porque, esquecendo-se de afirmar e salientar que essa esquadra é apenas uma pequena parte do grande plano, que tambem já foi aprovado pelo parlamento e que deve, em breve, começar-se executando, eles defendem o que não é defensavel. Isoladamente a pequena esquadra não tem defesa possivel; ela não serve para coisa alguma. Se algum tem a intenção ou está no proposito de sobrecarregar o país com uma defesa de seis mil contos, não vendo probabilidades de realizar a aquisição dos grandes navios, alguém praticará um verdadeiro crime, porque abusará cruelmente do nosso precario estado financeiro, dotando o país com meia duzia de pequenos calhambeques de lata, que de per si para nada poderão ser utilizados, nem mesmo para a educação do pessoal, pois não se compreende que se eduque pessoal para uma esquadra que não tem de existir. E' por esta razão que nós sempre defendemos — e nessa opinião nos conservamos — que a pequena esquadra sómente deve adquirir-se, quando haja a absoluta certeza de podermos adquirir as grandes unidades de combate. Seria realmente mais logico que se começasse por adquirir os couraçados, que não de constituir os alcerces da nossa esquadra, mas tambem não ha grande inconveniente em que desde já se adquiram alguns «destroyers» e submersiveis, dotados de todos os melhoramentos modernos, pois eles se poderão utilizar para pre-

